

Ibsen não quer Senado mudando lei

Porto Alegre — O líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, garantiu ontem, nesta capital, que qualquer alteração promovida pelo Senado na lei salarial, já aprovada na Câmara, será rejeitada pelos deputados, "caso essas alterações não resultarem de um entendimento dos senadores com os próprios deputados", afirmou.

A lei salarial, aprovada pela Câmara, cujo autor é o próprio deputado Ibsen Pinheiro, estabelece duas faixas de proteção aos salários, antes da pretendida livre negociação entre empregados e patrões. A primeira faixa garante o repasse automático do IPC para quem ganha até cinco salários mínimos; a segunda, garante a reposição trimestral para quem ganha até 10 salários mínimos. O projeto deve ser apreciado pelo Senado amanhã e, se receber emendas, retornará à Câmara antes de seguir ao Executivo.

Por isso, o líder do PMDB na Câmara está convocando toda a bancada do partido, por telefone ou telegrama, para estar em Brasília nesta semana.

"A menos que haja entendimento do Senado com a Câmara para que qualquer alteração resulte de eventual acordo, nossa posição será de rejeitar emendas e manter o texto original da lei salarial, já aprovada na Câmara, que é bom", disse Ibsen Pinheiro.

Ele criticou ainda a atitude do Governo Federal, de orientar seu as bancadas como se fossem minorias, "quando deveria apresentar seu próprio projeto alternativo de política

salarial". O deputado disse ser um equívoco a insistência do Governo em ameaçar com veto o projeto de lei salarial, com a alegação de que não pode permitir a indexação dos salários.

"O Governo permite a indexação nas relações comerciais, nos aluguéis, indexa seus próprios impostos. Então, como proibir somente a indexação dos salários?", questionou o líder da bancada do PMDB na Câmara.